

Austral
Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria.....	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	8
Balancos Patrimoniais	12
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeira	18

Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia") foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 26 de fevereiro de 2021, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de "bbb+" para o Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi mantida como positiva.

A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

(Valores em milhões de Reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação	Variação(%)
Prêmios Emitidos Líquidos	948,7	786,8	162	17,07%
Prêmios Ganho	879,4	798,5	81	9,20%
Sinistros Ocorridos	(669,7)	(821,7)	152	-22,70%
Despesas Administrativas	(41,7)	(33,4)	(8)	19,90%
Resultado Financeiro	37,2	56,2	(19)	-51,08%
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	22,2	(28,4)	51	227,93%
Patrimônio Líquido	341,9	330,9	11	3,22%
Índice de Despesas Administrativas	4,4%	4,2%	-0,15 p.p.	
Índice de Sinistralidade	76,3%	98,9%	22,60 p.p.	
Índice Combinado	87,4%	112,4%	25,07 p.p.	

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 948,7 milhões neste ano, representando um aumento de R\$ 161,9 milhões (17,1%) em relação ao exercício de 2020. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento relevante quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 879,4 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 80,9 milhões (9,2%) em relação ao exercício de 2020. O índice de despesas administrativas foi de 4,4% (4,2% em 31 de dezembro de 2020).

O índice de sinistralidade geral em 2021 ficou em 76,3%, contra 98,9% no ano anterior. O índice de

sinistralidade desse ano, assim como do ano anterior, foi impactado principalmente pelos ramos agrícola, seguro viagem e pela variação das reservas relativas a perdas catastróficas internacionais (fora da América Latina), assim como pela variação cambial dessas reservas.

O índice combinado atingiu 87,4% no exercício de 2021, contra 112,4% no exercício anterior. A significativa redução do índice combinado no ano corrente já é um reflexo dos impactos positivos na carteira após a reestruturação do portfólio, onde determinadas linhas de negócio foram reduzidas e houve maior incentivo a expansão das carteiras core.

Com os ajustes realizados na carteira de negócios a partir de 2021 a Austral Re melhorou os resultados de subscrição, alinhado com o novo posicionamento competitivo, e planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, aprimorando sua política de subscrição e buscando manter o processo de diversificação da carteira e reduzir sua volatilidade, em linha com seus atuais objetivos estratégicos.

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 37,5 milhões, ante R\$ 56,2 milhões no exercício anterior, o resultado inferior foi reflexo de uma menor desvalorização do Real frente ao Dólar de 7,4% (28,9% em 31 de dezembro de 2020), o resultado positivo da desvalorização cambial sobre os ativos no exterior contribuiu com R\$ 10,9 milhões (R\$ 29,7 milhões em 31 de dezembro de 2020) ao Resultado Financeiro. Cabe ressaltar que o resultado dos ativos domiciliados no Brasil contribuiu com R\$ 25,6 milhões (R\$ 12,9 milhões em dezembro de 2020).

Como consequência dos fatores mencionados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 22,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (prejuízo de R\$ 28,4 milhões em 31 de dezembro de 2020). O patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2021 em R\$ 341,9 milhões, contra R\$ 330,9 milhões em dezembro do ano anterior.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabilize as perspectivas de crescimento para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

A Companhia possui de acordo com o seu Estatuto Social uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Durante o segundo semestre de 2021, a Companhia passou por um processo de reorganização societária, tendo incorporado, em 02 de dezembro de 2021, a Austral Resseguros Especiais S.A., a qual, por sua vez, em 30 de novembro de 2021 havia incorporado a Austral Participações III Ltda. Essas incorporações tiveram como consequência um aumento no capital social da Companhia, passando de R\$ 251.763 para R\$ 338.669, dividido em 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (302.648.450 em 2020). O referido aumento no capital social da Companhia aguarda homologação pela Superintendência de Seguros Privados.

O processo de reorganização societária envolveu, também, a incorporação da Austral Participações II S.A. pela Austral Participações S.A., tendo como consequência a alteração do controle societário direto da Companhia, passando a ser exercido pela Austral Participações S.A. (até então, o controle societário direto era exercido pela Austral Participações II S.A.), não havendo alteração no quadro de controladores finais da Companhia.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Resseguradora S.A.** (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da **Austral Resseguradora S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022

Margo Isabel Black
Presidente

Paulo Pereira Ferreira
Membro

Leonardo de Assis Portugal
Membro

Paulo Roberto Batista Machado
Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia realiza o teste de adequação de passivos e possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de resseguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE"), além das respectivas recuperações ativas de retrocessão relativas a essas provisões técnicas.</p> <p>Tais provisões técnicas, seus respectivos ativos de retrocessão, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, dos ativos de retrocessão, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.- com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

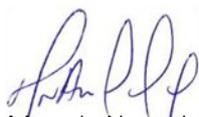
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

AUSTRAL/Re

Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		1.605.781	1.564.701
Disponível		19.786	22.655
Aplicações financeiras	5	230.791	319.137
Créditos das operações com resseguros	7	656.123	611.857
Operações com seguradoras		511.005	456.259
Operações com resseguradoras		145.118	155.598
Ativos de resseguro e retrocessão	14	648.201	558.901
Títulos e créditos a receber	8	30.012	38.606
Títulos e Créditos a receber		5.886	10.157
Créditos tributários e previdenciários		23.859	28.005
Outros créditos		267	444
Outros valores e bens		3.413	317
Despesas antecipadas		271	150
Custos de aquisição diferidos	9	17.184	13.078
Não circulante		587.113	343.713
Realizável a longo prazo		570.558	327.816
Aplicações financeiras	5	440.160	216.441
Créditos das operações com resseguros	7	18.785	23.550
Operações com seguradoras		12.436	17.855
Operações com resseguradoras		6.349	5.695
Ativos de resseguro e retrocessão	14	53.617	47.509
Títulos e créditos a receber	8	50.747	38.865
Custos de aquisição diferidos	9	1.853	1.451
Outros valores e bens		5.396	-
Imobilizado		788	635
Intangível	10	15.767	15.262
Total do ativo		2.192.894	1.908.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		1.744.036	1.491.003
Contas a pagar		27.229	6.584
Obrigações a pagar		18.388	4.155
Impostos e encargos sociais a recolher		2.626	1.044
Encargos trabalhistas		1.616	1.385
Impostos e contribuições		4.599	-
Débitos das operações com resseguros		383.019	337.950
Prêmio a restituir		20.636	7.313
Operações com seguradoras		3.045	1.848
Operações com resseguradoras	11	331.966	307.973
Corretores de seguros e resseguros		22.961	18.733
Outros débitos operacionais		4.411	2.083
Depósito de terceiros	12	47.114	16.778
Provisões técnicas	14	1.285.217	1.129.466
Outros débitos		1.457	225
Processos judiciais	13	-	225
Débitos diversos		1.457	-
Não circulante		106.884	86.456
Débitos das operações com resseguros		13.152	15.739
Operações com resseguradoras	11	12.980	15.612
Corretores de seguros e resseguros		172	127
Provisões técnicas	14	88.988	70.717
Outros débitos		4.744	-
Patrimônio líquido	16	341.974	330.955
Capital social		251.763	251.763
Aumento capital social (em Aprovação)		86.906	-
Reserva de capital		2.072	105.176
Reserva de lucros		7.250	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.017)	2.337
Prejuízo acumulado		-	(28.321)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.192.894	1.908.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUSTRAL/Re

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações - em reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos		948.714	786.764
Variações das provisões técnicas		(69.282)	11.691
Prêmios ganhos	22.a	879.432	798.455
Sinistros ocorridos	22.b	(669.729)	(821.704)
Custos de aquisição	22.c	(28.343)	(23.341)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(14.055)	(5.291)
Resultado com retrocessão	22.e	(111.739)	(9.935)
Despesas administrativas	22.f	(41.682)	(33.362)
Despesas com tributos	22.g	(14.632)	(14.224)
Resultado financeiro	22.h	37.507	56.157
Receitas financeiras		217.370	300.106
Despesas financeiras		(179.863)	(243.949)
Perda com ativos não correntes		-	(87)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		36.759	(53.332)
Imposto de renda	17	(4.682)	17.599
Contribuição social	17	(3.855)	8.442
Participações sobre o lucro		(5.987)	(1.150)
(=) Lucro /(Prejuízo) líquido do exercício		22.235	(28.441)
Quantidade de ações		313.597.651	302.648.450
Lucro/ (Prejuízo) por lote de mil ações - em reais	19	0,0709	(0,0940)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUSTRAL/Re

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		22.235	(28.441)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(8.354)	(4.653)
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	(13.922)	(7.836)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b	5.568	3.183
Total de resultados abrangentes, líquido dos impostos		(8.354)	(4.653)
Total de resultados abrangentes		13.881	(33.094)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Outras reservas de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	234.468	5.532	91.677	120	-	6.990	-	338.787
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 7.602) (Nota 1.2)	5.532	(5.532)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 417) (Nota 1.1)	11.763	-	-	-	-	-	-	11.763
Reservas de capital	-	-	(414)	-	-	-	-	(414)
Outras reservas de capital	-	-	13.913	-	-	-	-	13.913
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(28.441)	(28.441)
Perdas não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(4.653)	-	(4.653)
Diminuição de reservas de lucros	-	-	-	(120)	-	-	120	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	251.763	-	105.176	-	-	2.337	(28.321)	330.955
Aumento de capital social	-	86.906	-	-	-	-	-	86.906
Resgate de ações reservas de capital (Nota 16 a)	-	-	(75.000)	-	-	-	-	(75.000)
Compensação prejuízos acumulados com reservas de capital	-	-	(28.104)	-	-	-	28.104	-
Perdas não realizadas nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(8.354)	-	(8.354)
Incorporação Re Especiais	-	-	-	-	-	-	532	532
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.235	22.235
Proposta para distribuição do resultado								
Distribuição Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16 d)	-	-	-	-	-	-	(15.300)	(15.300)
Constituição Reserva Legal (Nota 16 d)	-	-	-	1.128	-	-	(1.128)	-
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária (Nota 16 d)	-	-	-	-	6.122	-	(6.122)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	251.763	86.906	2.072	1.128	6.122	(6.017)	-	341.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	22.235	(28.441)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.001	387
Incentivo baseado em ações	-	(414)
Perda de valor recuperável	(168)	6.856
Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão	704.689	709.980
Outros ajustes	778	116
	729.535	688.484
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(44.593)	5.435
Créditos das operações com resseguros	(36.464)	3.568
Títulos e créditos a receber	(165)	7.406
Despesas antecipadas	-	314
Custos de aquisição diferidos	(4.507)	(2.675)
Impostos e contribuições	(2.151)	(26.286)
Outros ativos	(2.951)	(342)
Débitos de operações com resseguros	35.797	58.811
Contas a pagar	13.772	(9.822)
Depósitos de terceiros	30.336	14.442
Outros passivos	(225)	225
Sinistros pagos	(634.708)	(745.194)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.894)	(10.716)
Caixa líquido gerado / consumido pelas atividades operacionais	77.782	(16.350)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(357)	(248)
Aquisição de intangível	(1.153)	(1.066)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.510)	(1.314)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Arrendamento	(1.121)	-
Aumento de capital social - Incorporação (em aprovação)	380	-
Integralização de capital	-	11.763
Resgate de ações	(75.000)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.400)	(3.391)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(79.141)	8.372
Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.869)	(9.292)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.655	31.947
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.786	22.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 26 de novembro de 2021, a Austral Participações II S.A., detentora de 76,65% das ações da Companhia, foi incorporada pela Austral Participações S.A., a qual passou a ser detentora da totalidade das ações da Companhia.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional, nesse caso com foco na América Latina, contando com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo, cedendo a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa manter a solvência dos seguradores, através da diluição dos riscos, quando há a possibilidade de grande sinistralidade, como na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- Contratos Automáticos – São operações de resseguro nas quais a cedente (seguradora) cede ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a cedente subscrever essas apólices de forma automática de acordo com regras, condições e prazo previamente estabelecidos em contrato.
- Resseguro Facultativo – São operações de resseguro nas quais a cedente cede ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de danos, mas também com alguns contratos de *stop loss*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (*property* e engenharia)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. Marine & Energy

O seguro marítimo ("Marine") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O seguro de riscos de petróleo ("Energy") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("on shore") e no mar ("offshore").

iii. Responsabilidade civil (*casualty*)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: responsabilidade civil geral, responsabilidade civil proporcional – E&O e D&O.

Responsabilidade civil é a obrigação legal de reparar danos, imposta àquele que pelos mesmos for responsável. O seguro de responsabilidade civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (*surety bonds*)

O Seguro garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são garantia judicial (principalmente no Brasil), garantia de performance e fiança locatícia.

v. Automóvel

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, a qual, acreditamos, detém expertise e histórico no segmento.

vii. Agrícola (Rural)

Esses contratos cobrem a produção das safras agrícolas.

O seguro rural é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes, principalmente, de fenômenos climáticos adversos.

O objetivo maior do seguro rural é oferecer coberturas que, ao mesmo tempo, atendam ao produtor e à sua produção, à sua família, à geração de garantias a seus financiadores, investidores, parceiros de negócios, todos interessados na maior diluição possível dos riscos, pela combinação dos diversos ramos de seguro.

viii. Outras linhas de Property & Casualty

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão. Em negócios facultativos, a Companhia também participa de negócios de transporte de valores, linha na qual possui boa experiência e capacidade de análise.

ix. Pessoas (vida, acidentes pessoais, saúde e viagem)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

A Companhia também é parte de alguns contratos de resseguro em saúde, na modalidade excesso de danos.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda),

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

seguro de diária de incapacidade temporária e seguro de perda de certificado de habilitação de voo.

Os seguros de pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

1.2. COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em 11 de março de 2020 estado de pandemia em razão do COVID-19. As medidas recomendadas pela OMS e adotadas pelas autoridades públicas envolveram o isolamento social, restrições a viagens nacionais e internacionais, interrupção no funcionamento normal dos negócios, resultando em um ambiente marcado por instabilidade social e econômica. Governos e bancos centrais vêm intervindo na economia de seus países, adotando medidas emergenciais e estímulos. Na economia nacional, as medidas adotadas pelo governo, incluíram a redução dos juros, a suspensão temporária de tributos (diferimento do PIS/COFINS) e a concessão de benefícios fiscais aos setores mais afetados.

A Companhia tem acompanhado de perto a evolução dos impactos causados globalmente pela pandemia, bem como as medidas adotadas pelos governos até o momento para auxiliar a manutenção de empregos e retomada da economia, em decorrência do agravamento da pandemia ao longo do exercício de 2021. No entanto, ainda existem incertezas quanto às novas medidas, o que dificulta a previsibilidade de novos impactos diretos e/ou indiretos que poderão ser causados pela pandemia.

A Companhia continua mantendo suas equipes trabalhando em regime de “home office” desde 17 de março de 2020, com todos os seus processos em pleno funcionamento, sem prejuízo para suas operações, objetivando reduzir impactos na qualidade de atendimento de seus clientes, bem como os riscos aos seus funcionários.

1.3. Combinação de negócios e incorporação da Austral Resseguros Especiais S.A. (“incorporação”)

No dia 30 de novembro a Administração da Austral Resseguros Especiais, em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, discutiu e aprovou o “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Austral Participações III Ltda.” Conforme demonstrado no Laudo de Avaliação, a Empresa Avaliadora concluiu, com base nos trabalhos efetuados, que o valor de R\$ 15.131 representa, em todos os aspectos relevantes, o valor patrimonial contábil do acervo líquido da Austral Participações III Ltda. a ser incorporado pela Austral Resseguros Especiais, considerando e levando o desconto e eliminação do valor da participação societária recíproca detida pela Austral Participações III Ltda. na Austral Resseguros Especiais, avaliada no montante de R\$ 71.774 (“Acervo Líquido Incorporado”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

No dia 02 de dezembro a Administração em reunião da Assembleia Geral Extraordinária discutiu e aprovou o “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Austral Resseguros Especiais S.A. pela Austral Resseguradora S.A.”, celebrado nesta data pelas administrações da Companhia e da Austral Resseguros Especiais S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre, n.º 336, sala 401, Leblon, CEP 22.431-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o n.º 13.641.418/0001-20, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.300.301.313 (“Austral Resseguros”), o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da incorporação da Austral Resseguros pela Companhia (“Protocolo e Justificação”).

A Administração aprovou a nomeação da Account Assessores S/S Ltda que elaborou o laudo de avaliação, datado de 30 de novembro de 2021, relativo à incorporação da Austral Resseguros Especiais S.A. na qualidade de incorporada a respeito da transferência do acervo composto por todas as contas, bens, direitos e obrigações registradas no ativo e no passivo da sociedade a ser incorporada, o qual será vertido por incorporação total, por meio da transferência destes direitos e obrigações da empresa incorporada para a incorporadora.

Com base nos trabalhos efetuados pela Account Assessores, foi concluído que o valor contábil líquido do Acervo Patrimonial, composto de ativos e passivos associados da empresa Austral Resseguros Especiais S.A em 31 de outubro de 2021 e cujo montante foi integralmente incorporado pela empresa Austral Resseguradora S.A, na data base 31 de outubro de 2021, considerando os ajustes proforma descritos no parágrafo IV do referido Laudo, importa em R\$86.906.

Em razão do aumento de capital social originário da incorporação mencionada acima, o capital social da Companhia passou de R\$ 251.763 para R\$ 338.669 e se encontra em aprovação pela SUSEP, dividido em 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal aguardando aprovação da SUSEP (302.648.450 em 2020).

A incorporação da Austral Resseguros Especiais S.A. pela Companhia foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados em 18 de novembro de 2021 através da Carta Homologatória Eletrônica N° 6/2021/DIR1/SUSEP.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição, obtidos a partir do laudo técnico preliminar elaborado por consultores independentes.

A mensuração dos valores justos dos ativos e passivos identificados foi realizada de forma provisória considerando um esforço razoável da Companhia em determinar tal mensuração levando em consideração a proximidade da data de aquisição em relação a data base dessas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- a) O Acervo Patrimonial da Austral Resseguros Especiais S.A. em 31 de outubro de 2021, demonstrado no Anexo I do Laudo, considerando os ajustes proforma descritos no parágrafo IV do Laudo, a ser incorporado pela Austral Resseguradora S.A., está assim resumido:

	<u>Re Especiais</u>	<u>PAR III</u>	<u>Acervo líquido transferido para a Resseguradora</u>
Ativo			
Ativo Circulante	49.911	15.190	65.101
Ativo Não Circulante	78.578	-	78.578
Total do ativo	128.489	15.190	143.679
Passivo			
Passivo Circulante	56.708	59	56.766
Passivo Não Circulante	7	-	7
Total do Passivo	568.715	59	56.773
Acervo líquido	71.774	15.131	86.906

As receitas e o resultado do exercício da entidade combinada para o período de reporte corrente foram zeradas (encerradas) e a contrapartida foi contra o Patrimônio líquido na linha de lucros acumulados no montante de R\$ 532.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 22/02/2022.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em Reais - (R\$), e foram arredondados para milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo (nota 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia possui 100% de suas operações classificadas como seguros e exerceu a opção prevista na revisão do pronunciamento técnico número 12 que prevê a possibilidade do emissor aplicar a nova norma de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9) em conjunto com o IFRS 17 – *Insurance Contracts*, que entrará em vigor apenas a partir de 01/01/2023. Devido a essa exceção, a Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*) e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

- **Derivativos**

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações adotadas na construção das curvas de rendimento são obtidas principalmente na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Partners e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, dado o status do mercado e a estratégia de investimentos em alinhamento com a gestão de riscos da Companhia. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado do fundo imobiliário listado em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custo de aquisição diferidos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

3.4. Ativo e passivo de resseguro e retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de que foram objeto de resseguro ou retrocessão, e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de resseguros e retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, e, no mínimo, a cada data de reporte. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguros, para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de seguros, a Companhia apresenta metodologia para constituir estimativa de recebimento de salvados e ressarcimentos em nota técnica atuarial, sendo esta contabilização um redutor das provisões de sinistros. A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

Os valores de salvados e ressarcimentos provenientes das operações de resseguros são reconhecidos no balanço de acordo com os valores informados diretamente pela cedente.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo Intangível.

3.8. Provisões técnicas

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou de uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar apenas parte dos mesmos. Nesses contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente e devidamente amparados pelo contrato de resseguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações e com a exposição ao risco de cada contrato e obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

Estima-se o total de provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos e não proporcionais a partir da utilização das taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data-base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento das parcelas deste prêmio proporcional é obtido a partir das características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos.

- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão pagos, considerando suas posições mais atualizadas conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR, consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, sempre analisando a aderência da estimativa via testes de consistência mensais. Apenas para contratos específicos, a Companhia utiliza metodologia de sinistralidade esperada na apuração de reserva de IBNR.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- **Provisão de excedente técnico - PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, no *claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Provisão de despesas relacionadas - PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- **Teste de adequação de passivo**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros, resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo foi realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas em que a Companhia opera, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

A premissa de sinistralidade utilizada para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo tem como base uma análise criteriosa da carteira, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. Foi projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término do *run-off*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, apenas mantém os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a um atingimento tanto de metas globais como de metas departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas no início de cada exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- **Plano de incentivo baseado em ações**

A Companhia possui plano de pagamentos baseados em ações (*stock options*) para profissionais elegíveis, que incluiu membros da Administração e empregados. Este incentivo baseado em ações é mensurado e reconhecido ao valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são feitas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. As estimativas de realização dos impostos diferidos calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa existentes em 31 de dezembro de 2021, são reconhecidas de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da administração.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu *rating* e informações fornecidas pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras, é feita a avaliação de forma individualizada se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro disponível para venda que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios**

Os prêmios de resseguros cedidos são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência do risco dos contratos.

Os prêmios de Resseguro e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais, são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios de retrocessão cedida e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem as indenizações e todas as despesas estimadas a incorrer na sua regulação e liquidação.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com resseguros - Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8.b);
- Custos de comercialização diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8.1.a);
- Provisões judiciais (nota 13); e
- Provisões técnicas (nota 14).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

A seguinte norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 e não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no exercício atual nem em exercícios anteriores:

- Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06/ IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/01/2021.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023.

A Companhia atendeu aos critérios dos normativos e optou pela isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11) e estima adotar o IFRS 9 / CPC 48 em 01/01/2023. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados.

O CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações alteradas não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2) – Ainda não aprovado pela SUSEP ; e
- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (CPC 37 (R1)), em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

O Grupo Austral adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management* – ERM, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; e informação e comunicação são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia do Grupo Austral.

O Grupo Austral também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos do Grupo Austral, impactando nas estratégias de negócios, na definição de seus controles operacionais internos e na busca da excelência na gestão empresarial.

a) Gestão de risco de Subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

O Grupo Austral adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, o Grupo Austral mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada um dos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

O Grupo Austral subscreve riscos em diversos grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de atrito e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

Região	31/12/2021	31/12/2020
Internacional	12.157	28.599
América Latina (ex. Brasil)	241.939	171.273
Brasil	840.396	745.053
Total (*)	1.094.492	944.925

* Montantes brutos sem RVNE.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o período em questão, utilizaremos a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

			31/12/2021
	Base	Cenário 10,0%	Impacto%
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	341.974	304.433	(37.541)
Lucro líquido do exercício	22.235	(15.306)	(37.541)
Impacto (%) no resultado do exercício			(168,84%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(11,03%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	341.974	318.478	(23.496)
Lucro líquido do exercício	22.235	(1.261)	(23.496)
Impacto (%) no resultado do exercício			(105,67%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(6,90%)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

			31/12/2020
	Base	Cenário 10,0%	Impacto%
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	330.955	281.855	(49.100)
Prejuízo do exercício	(28.441)	(77.541)	(49.100)
Impacto (%) no resultado do exercício			(172,6%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(14,8%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	330.955	292.001	(38.954)
Prejuízo do exercício	(28.441)	(67.395)	(38.954)
Impacto (%) no resultado do exercício			(137,0%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(11,8%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos do Grupo Austral define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, o Grupo Austral considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos do Grupo Austral, se reúne de forma perene para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Austral.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

O Grupo Austral monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além do exposto acima, o Grupo Austral realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,45% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2021(0,74% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 3.240. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,61% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2021(0,96% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 4.410.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,41% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2021(0,65% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 2.950. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,57% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2021(0,86% em 31 de dezembro de 2020), que equivale a R\$ 4.130.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação):

- i. Cenário base: taxa de juros SELIC de 9,15% em 31 de dezembro de 2021;
- ii. Cenário provável: taxa de juros SELIC de 11,50% estimada para 31 de dezembro de 2022 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2021;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 4,58%);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 6,86%);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 11,44%); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 13,73%).

31/12/2021		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	25,7%	(4,95MM)
I	(50,0%)	9,65MM
II	(25,0%)	4,82MM
III	25,0%	(4,82MM)
IV	50,0%	(9,65MM)

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

31/12/ 2021		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	20,51MM
II	(100 bps)	10,26MM
III	100 bps	(10,26MM)
IV	200 bps	(20,51MM)

31/12/2020		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	6,72MM
II	(100 bps)	3,36MM
III	100 bps	(3,36MM)
IV	200 bps	(6,72MM)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

O Grupo Austral entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2021							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Ativos vencidos					Superior a 360 dias	
		Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias		
Disponível	19.786	-	-	-	-	-	-	19.786
Disponíveis para negociação								
Privados	50.011	-	-	-	-	-	-	50.011
Públicos	152.681	-	-	-	-	-	-	152.681
Exterior	3.189	-	-	-	-	-	-	3.189
Disponíveis para venda								
Privados	48.482	-	-	-	-	-	-	48.482
Públicos	287.972	-	-	-	-	-	-	287.972
Exterior	128.616	-	-	-	-	-	-	128.616
Créditos das operações com resseguros (*)	626.346	11.504	5.668	7.342	3.874	6.332	21.983	683.049
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.317.083	11.504	5.668	7.342	3.874	6.332	21.983	1.373.786

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2020							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Ativos vencidos					Superior a 360 dias	
		Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias		
Disponível	22.655	-	-	-	-	-	-	22.655
Disponíveis para negociação								
Privados	55.032	-	-	-	-	-	-	55.032
Públicos	237.488	-	-	-	-	-	-	237.488
Exterior	2.970	-	-	-	-	-	-	2.970
Disponíveis para venda								
Privados	77.210	-	-	-	-	-	-	77.210
Públicos	25.626	-	-	-	-	-	-	25.626
Exterior	137.252	-	-	-	-	-	-	137.252
Créditos das operações com resseguros (*)	593.052	7.364	5.103	7.960	2.621	9.554	16.517	642.171
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.151.285	7.364	5.103	7.960	2.621	9.554	16.517	1.200.404

*Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

As tabelas a seguir apresentam o risco de crédito a que a Companhia está exposta considerando os ratings obtidos através do site da Superintendência de Seguros Privado - SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privado – SUSEP.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

(i) Operações da Resseguradora

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2021		31/12/2020	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	5.876	1,0	9.743	1,5
AA+	Aa1	AA+	A+	69.067	11,2	101.437	15,3
AA	Aa2	AA	A+	937	0,2	-	0,0
AA-	Aa3	AA-	A	218.575	35,5	316.253	47,6
A+	A1	A+	A	154.758	25,1	36.477	5,5
A	A2	A	A-	120.306	19,5	91.450	13,8
A-	A3	A-	A-	37.019	6,0	97.271	14,7
BBB+	Baa1	BBB+	B++	9.407	1,5	11.363	1,7
Total				615.945	100,00	663.994	100,0

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de o Grupo Austral não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui visibilidade diária da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

O Grupo Austral tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 90,75% (94,36% em 31 de dezembro de 2020) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 4,97% (5,52% em 31 de dezembro de 2020) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 4,28% (4,34% em 31 de dezembro de 2020) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

31/12/2021

Ativos e passivos

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Disponível	19.786	-	19.786
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	203.109	2.772	205.881
Ativos financeiros disponíveis para venda	465.070	-	465.070
Crédito das operações de seguros e resseguros	656.123	18.785	674.908
Títulos e créditos a receber	30.012	50.747	80.759
Outros valores e bens	3.413	5.396	8.809
Total de ativos	1.377.513	77.700	1.455.213
Contas a pagar	27.229	-	27.229
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	637.016	35.371	672.387
Depósito de terceiros	47.114	-	47.114
Débito das operações de seguros e resseguros	383.019	13.152	396.171
Outros débitos	1.457	4.744	6.201
Total de passivos	1.095.835	53.267	1.149.102

31/12/2020

Ativos e passivos

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Disponível	22.655	-	22.655
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	65.246	230.244	295.490
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.648	216.441	240.089
Crédito das operações de resseguros	611.857	23.550	635.407
Títulos e créditos a receber	38.606	38.865	77.471
Outros valores e bens	317	-	317
Total de ativos	762.329	509.100	1.271.429
Contas a pagar	6.584	-	6.584
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	570.565	23.208	593.773
Depósito de terceiros	16.778	-	16.778
Débitos das operações de resseguros	337.950	15.739	353.689
Outros débitos	225	-	225
Total de passivos	932.102	38.947	971.049

4) Risco Cambial

O Grupo Austral opera carteira de investimentos em dólares norte americano. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021;
- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,61 estimada para 31 de dezembro de 2022 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2021;
- Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,79);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 4,19);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,98); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 8,37).

31/12/2021		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	0,5%	0,84MM
I	(50,0%)	(86,43MM)
II	(25,0%)	(43,22MM)
III	25,0%	43,22MM
IV	50,0%	86,43MM

31/12/2020		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(3,7%)	(5,86MM)
I	(50,0%)	(78,66MM)
II	(25,0%)	(39,33MM)
III	25,0%	39,33MM
IV	50,0%	78,66MM

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	-	-	128.537	24.144	152.681	152.670	22,8%	22,3%
Certificado de depósito no exterior	-	-	3.189	-	-	3.189	3.189	0,5%	0,5%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	50.011	-	-	-	50.011	50.011	7,5%	7,3%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	198.990	19.467	218.457	232.456	32,6%	34,0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	-	-	69.515	-	69.515	70.777	10,4%	10,3%
Debêntures	CDI+	-	5.546	29.553	5.491	40.590	40.526	6,0%	5,9%
Letra financeira - LF	CDI%	-	7.892	-	-	7.892	7.893	1,2%	1,2%
Títulos públicos no exterior	0,02625	-	-	70.960	-	70.960	70.349	10,6%	10,3%
Títulos privados no exterior	5,50%	-	11.472	46.184	-	57.656	56.757	8,6%	8,3%
Total		50.011	28.099	543.739	49.102	670.951	684.628	100,0%	100,0%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

		31/12/2020							
Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	-	15.298	220.281	1.909	237.488	237.488	45,0%	45,0%
Certificado de depósito no exterior	0,01%	-	2.970	-	-	2.970	2.970	-	-
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	55.032	-	-	-	55.032	55.032	10,0%	10,0%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	-	25.626	25.626	23.793	5,0%	4,0%
Debêntures	CDI+	-	-	31.733	11.917	43.650	44.420	8,0%	8,0%
Letra financeira - LF	CDI%	-	19.932	7.476	-	27.408	27.525	5,0%	5,0%
Nota comercial - NC	CDI+	-	3.715	2.437	-	6.152	6.208	2,0%	1,0%
Títulos públicos no exterior	2,63%	-	-	81.999	-	81.999	80.181	15,0%	15,0%
Títulos privados no exterior	5,50%	-	-	55.253	-	55.253	54.083	10,0%	10,0%
Total		55.032	41.915	399.179	39.452	535.578	531.700	100,0%	100,0%

- (i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos tipos de fundos a saber: Fundo imobiliário R\$ 12.998 (R\$ 14.700 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de crédito privado R\$ 16.962 (R\$ 16.603 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de ações R\$ 14.004 (R\$ 13.522 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de investimento em participações R\$ 8.020 (R\$ 6.683 em 31 de dezembro de 2020), Fundo multimercado R\$ 1.880 (R\$1.855 em 31 de dezembro de 2020), Fundo de renda fixa R\$ 705 (R\$ 723 em 31 de dezembro de 2020), e FIDIC R\$ 542 (R\$ 946 em 31 de dezembro de 2020).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

AUSTRAL/Re

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	38.238	38.238	14.700	40.332	55.032
Quotas de fundos de imobiliários	11.773	-	11.773	-	-	-
Títulos de renda fixa – privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	3.189	3.189	-	2.970	2.970
Títulos de renda fixa – públicos:						
Letras financeiras do tesouro – LFT	152.681	-	152.681	237.488	-	237.488
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	40.590	40.590	-	43.650	43.650
Letras financeiras	-	7.892	7.892	-	27.408	27.408
Nota comercial	-	-	-	-	6.152	6.152
Títulos privados no exterior	57.656	-	57.656	55.253	-	55.253
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	218.457	-	218.457	25.626	-	25.626
Notas do tesouro nacional - NTN-F	69.515	-	69.515	-	-	-
Títulos públicos no exterior	70.960	-	70.960	81.999	-	81.999
Total	581.042	89.909	670.951	415.066	120.512	535.578

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2019	283.730	262.321	546.051
(+) Aplicações	387.080	94.765	481.845
(-) Resgates	(378.414)	(155.029)	(533.443)
(+) Rendimentos	(643)	20.259	19.616
(+/-) Oscilação cambial	3.737	25.993	29.730
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(7.836)	(7.836)
(-) Provisão desvalorização título renda fixa	-	(385)	(385)
Saldo final em 31 de dezembro 2020	295.490	240.088	535.578
(+) Aplicações	510.306	208.478	718.784
(-) Resgates	(608.547)	(81.925)	(690.472)
(+) Rendimentos	5.873	25.399	31.272
(+/-) Oscilação Cambial	219	10.771	10.990
(+/-) Ajuste ao valor justo	(357)	(13.922)	(14.279)
(+) Incorporação Resseguros Especiais	2.897	76.585	79.482
(-) Provisão desvalorização título renda fixa	-	(404)	(404)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	205.881	465.070	670.951

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a pagar
		31/12/2021	31/12/2021
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2022	24.714	510

d.2) Margens dadas em garantia

31/12/2021			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2024	405	1.793
Total			

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de prêmios não ganhos	451.703	371.126
Provisão de sinistros a liquidar	570.988	540.583
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	337.163	274.869
Provisão de despesas relacionadas	10	2
Provisão de excedentes técnicos	14.341	13.603
Total das provisões técnicas	1.374.205	1.200.183
Direitos creditórios	(284.444)	(256.014)
Custo de aquisição diferido redutores	(4.137)	(2.727)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(157.009)	(115.558)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(303.717)	(291.535)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(68.155)	(47.423)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(3.160)	(3.747)
Total das exclusões	(820.622)	(717.004)
Total das provisões técnicas para cobertura	553.583	483.179
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	149.519	237.487
Notas do tesouro nacional - NTN-B	270.182	25.627
Quotas de fundos de investimentos	37.653	36.647
Quotas de fundo de investimento imobiliário	11.773	14.699
Títulos privados	48.885	77.208
Título público no exterior	70.959	81.999
Título privado no exterior	57.656	55.254
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	646.627	528.921
Ativos vinculados em excesso	93.044	45.742

7. Crédito das operações com resseguros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prêmios a receber (a)	577.642	540.771
Recuperação de corretagem	191	199
Recuperação Prêmio Retrocessão	24.256	8.825
Recuperação de sinistro	66.938	72.573
Participações nos lucros a receber	-	10.626
Outros créditos a receber	5.881	2.413
Total	674.908	635.407
Total circulante	656.123	611.857
Total não circulante	18.785	23.550

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

a) Prêmios a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	43.414	24.981
De 31 a 60 dias	33.958	23.072
De 61 a 120 dias	29.046	40.316
De 121 a 180 dias	288.394	286.018
De 181 a 360 dias	115.483	100.479
Superior a 360 dias	18.785	23.550
Total de prêmios a vencer	529.080	498.416
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	11.504	7.364
De 31 a 60 dias	5.668	5.103
De 61 a 120 dias	7.342	7.960
De 121 a 180 dias	3.874	2.621
De 181 a 360 dias	6.332	9.554
Superior a 360 dias	21.983	16.517
Total de prêmios vencidos	56.703	49.119
Provisão para perda de valor recuperável	(8.141)	(6.764)
Total de prêmios a receber	577.642	540.771
Movimentação dos prêmios a receber:	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	540.771	593.980
(+) Prêmios emitidos (*)	979.156	851.862
(+/-) Riscos vigentes não emitidos (*)	(1.269)	(5.130)
(-) Recebimentos	(942.544)	(895.998)
(+/-) Redução ao valor recuperável	406	(3.943)
(+) Incorporação Re Especiais – Prêmio	2.905	-
(-) Incorporação Re Especiais - RVR	(1.783)	-
Saldo final	577.642	540.771

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

8. Títulos e créditos a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos e créditos a receber	8.867	10.157
Ressarcimento a receber (a)	3.018	8.384
Participação nos lucros a receber	5.849	1.773
Créditos tributários e previdenciários (b)	71.625	66.870
Outros créditos	267	444
Total	80.759	77.471
Total circulante	30.012	38.606
Total não circulante	50.747	38.865

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

a) *Aging* de ressarcimentos e salvados a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u>Aging de permanência</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimonial		
De 181 a 365 dias	-	3.172
Superior a 365 dias	322	5.212
Riscos financeiros		
De 1 a 30 dias	1.480	-
De 181 a 365 dias	-	28.125
Superior a 365 dias	32.118	3.993
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(32.118)
Total do aging	3.302	8.701
Ressarcimentos	3.018	8.384
Salvados (*)	317	317
<u>Expectativa de realização</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimonial		
De 331 a 360 dias	322	8.701
Riscos financeiros		
De 1 a 30 dias	176	-
De 331 a 360 dias	-	32.118
De 361 a 390 dias	33.422	-
Transportes		
De 331 a 360 dias	33	-
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(32.118)
Total do aging	3.335	8.701
Ressarcimentos	3.018	8.384
Salvados (*)	317	317

(*) Os montantes referentes a salvados encontram-se registrados na rubrica de outros valores e bens

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos a compensar / recuperar (i)	1.144	1.018
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	14.371	19.717
Crédito tributário Pis e cofins(iii)	8.346	7.270
IR e CS diferido (iv)	47.764	38.865
Total	71.625	66.870
Total Circulante	23.859	28.005
Total não Circulante	47.766	38.865

(i) Refere-se a créditos tributários provenientes de IRRF retido no Exterior;

(ii) Montantes a receber provenientes de PIS e COFINS e IR e CS pagos a maior;

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

- (iii) Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo, principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro; e
(iv) Refere-se a crédito tributário provenientes de tributos diferidos sobre diferenças temporárias e de base negativa.

Apresentamos abaixo o quadro com os créditos e débitos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação Re Especiais	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2021
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	(8.403)	35.625	(24.317)	1.640	5.740	5.568	4.545
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(10.034)	12.085	(12.253)	-	(168)	-	(10.202)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	(1.552)	9.664	(4.096)	1.640	-	5.568	5.656
Outras provisões	3.183	13.130	(7.385)	-	5.745	-	8.928
Adoção IFRS 16	-	746	(583)	-	163	-	163
Impostos diferidos sobre base negativa:	47.268	1.598	(5.647)	-	(4.049)	-	43.219
Prejuízo fiscal - IRPJ	29.442	988	(3.564)	-	(2.576)	-	26.866
Base negativa - CSLL	17.826	610	(2.083)	-	(1.473)	-	16.353
Total	38.865	37.223	(29.964)	1.640	1.691	5.568	47.764

	31/12/2019	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2020
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	(13.077)	(8.403)	13.077	(1.458)	3.216	(8.403)
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(7.609)	(10.034)	7.609	2.425	-	(10.034)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	(4.768)	(1.552)	4.768	-	3.216	(1.552)
Outras provisões	(700)	3.183	700	(3.883)	-	3.183
Impostos diferidos sobre base negativa:	22.471	37.230	(12.433)	24.797	-	47.268
Prejuízo fiscal - IRPJ	12.468	25.079	(8.105)	16.974	-	29.442
Base negativa - CSLL	10.003	12.151	(4.328)	7.823	-	17.826
Total	9.394	28.827	644	23.339	3.216	38.865

c) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da administração, são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2022	4.414	16%	2.649	16%
2023	4.418	16%	2.651	16%
2024	5.131	20%	3.078	19%
2025	6.497	24%	3.897	24%
2026	6.406	24%	4.078	25%
Totais	26.866		16.353	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

<u>Grupos / Ramos</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimonial	4.911	2.963
Riscos Especiais	68	8
Responsabilidades	608	374
Transportes	1.774	1.874
Riscos Financeiros	790	839
Pessoas Coletivo	285	350
Rural	9	33
Marítimos	414	672
Aeronáuticos	3.205	1.875
Aceitações do exterior	5.976	4.596
Outros	997	945
Total	19.037	14.529
Total circulante	17.184	13.078
Total não circulante	1.853	1.451

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Incorporação Re Especiais</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimonial	2.963	-	3.291	(1.343)	4.911
Riscos Especiais	8	-	72	(12)	68
Responsabilidades	374	-	262	(28)	608
Transportes	1.874	-	1.226	(1.326)	1.774
Riscos Financeiros	839	1	104	(154)	790
Pessoas Coletivo	350	-	269	(334)	285
Rural	33	-	2	(26)	9
Marítimos	672	-	218	(476)	414
Aeronáuticos	1.875	-	2.592	(1.262)	3.205
Aceitações do exterior	4.596	-	4.613	(3.233)	5.976
Outros	945	-	734	(682)	997
Total	14.529	1	13.383	(8.876)	19.037

	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimonial	2.785	714	(536)	2.963
Riscos Especiais	35	3	(30)	8
Responsabilidades	408	124	(158)	374
Transportes	1.029	1.258	(413)	1.874
Riscos Financeiros	822	200	(183)	839
Pessoas Coletivo	456	277	(383)	350
Rural	390	28	(385)	33
Marítimos	454	638	(420)	672
Aeronáuticos	976	1.866	(967)	1.875
Aceitações do exterior	3.801	1.850	(1.055)	4.596
Outros	698	1.010	(763)	945
Total	11.854	7.968	(5.293)	14.529

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Intangível

	Taxa Anual de amortização	31/12/2021			
		31/12/2020	Aquisições	Amortização	31/12/2021
Direito de uso software terceiros	20%	1.349	1.153	(648)	1.854
Outros intangíveis (i)		13.913	-	-	13.913
Total		15.262	1.153	(648)	15.767

	Taxa Anual de amortização	31/12/2020			
		31/12/2019	Aquisições	Amortização	31/12/2020
Direito de uso software terceiros	20%	489	1.066	(206)	1.349
Outros intangíveis (i)	-	-	13.913	-	13.913
Total		489	14.979	(206)	15.262

(i) refere-se ao ágio (*goodwill*) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros.

11. Débitos das operações com resseguros - Operações com resseguradoras

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de retrocessão cedida	443.209	434.003
Comissão	(129.588)	(123.131)
Sinistros	50.591	37.296
Redução ao valor recuperável	(31.316)	(33.277)
Outros	12.050	8.694
Total	344.946	323.585
Total circulante	331.966	307.973
Total não circulante	12.980	15.612

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguro e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Aging de depósitos de terceiros:		
De 1 a 30 dias	41.657	13.420
De 31 a 60 dias	508	175
De 61 a 120 dias	556	581
De 121 a 180 dias	377	438
De 181 a 360 dias	1.653	1.166
Superior a 360 dias	2.363	998
Total	47.114	16.778

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

13. Provisões judiciais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhuma ação judicial de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas ações judiciais de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial no montante de R\$ 0 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2020).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	36	31
Adições	8	5
Total	44	36

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 11 com probabilidade de perda remota (5 em 31 de dezembro de 2020). Os valores reclamados dessas causas somam, respectivamente, R\$ 44 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2020). Todas as causas possuem natureza cível.

14. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>			<u>31 de dezembro de 2020</u>		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistro, administrativas e de prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	570.988	(303.717)	267.271	540.583	(291.535)	249.048
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	337.163	(157.010)	180.153	274.869	(115.558)	159.311
Provisão de despesas relacionadas	10	-	10	2	-	2
Provisão total de sinistros	908.161	(460.727)	447.434	815.454	(407.093)	408.361
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	451.703	(237.931)	213.772	371.126	(195.570)	175.556
Provisão de excedente técnico	14.341	(3.160)	11.181	13.603	(3.747)	9.856
Provisão total de prêmios	466.044	(241.091)	224.953	384.729	(199.317)	185.412
Total	1.374.205	(701.818)	672.387	1.200.183	(606.410)	593.773
Total circulante	1.285.217	(648.201)	637.016	1.129.466	(558.901)	570.565
Total não circulante	88.988	(53.617)	35.371	70.717	(47.509)	23.208

b) Movimentação

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	540.583	(291.535)	249.048	505.125	(239.073)	266.052
Incorporação Re Especiais	25.916	(25.916)	-	-	-	-
Sinistros ocorridos	628.518	(222.596)	405.922	727.945	(253.373)	474.572
Sinistros pagos	(634.708)	250.230	(384.478)	(745.194)	217.501	(527.693)
Variação cambial	10.681	(13.900)	(3.219)	52.704	(16.590)	36.114
Atualização monetária	(2)	-	(2)	3	-	3
No final do período	570.988	(303.717)	267.271	540.583	(291.535)	249.048
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	274.869	(115.558)	159.311	215.062	(71.213)	143.849
Incorporação Re Especiais	12.180	(12.180)	-	-	-	-
Variação do IBNR	50.114	(29.272)	20.842	59.807	(44.345)	15.462
No final do período	337.163	(157.010)	180.153	274.869	(115.558)	159.311
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	2	-	2	-	(5)	(5)
Incorporação Re Especiais	8	(8)	-	-	-	-
Variação do PDR	-	8	8	2	5	7
No final do período	10	-	10	2	-	2
Desenvolvimento das provisões de prêmios - PPNG						
Em 1º de janeiro	371.126	(195.570)	175.556	388.496	(176.300)	212.196
Incorporação Re Especiais	23	(23)	-	-	-	-
Prêmios emitidos	948.714	(402.914)	545.800	786.764	(352.043)	434.721
Prêmio ganho	(870.854)	362.395	(508.459)	(803.103)	332.395	(470.708)
Variação cambial	2.694	(1.819)	875	(1.031)	378	(653)
No final do período	451.703	(237.931)	213.772	371.126	(195.570)	175.556
Desenvolvimento das provisões de prêmios - PET						
Em 1º de janeiro	13.603	(3.747)	9.856	8.955	(2.060)	6.895
Incorporação Re Especiais	427	(427)	-	-	-	-
Variação do Excedente Técnico	311	1.014	1.325	4.648	(1.687)	2.961
No final do período	14.341	(3.160)	11.181	13.603	(3.747)	9.856

A Austral Resseguros Especiais, recém adquirida pela Companhia, possuía na data da aquisição o saldo de PCC no montante de R\$ 8.890 em decorrência da natureza das operações, o qual foi integralmente revertido após a incorporação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, na data base de 31 de dezembro de 2021.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Ano de aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano de subscrição	179.809	221.066	57.376	191.642	139.235	219.286	1.008.414
Um ano após o ano de subscrição	177.672	285.810	407.092	481.081	298.468	-	1.650.123
Dois anos após o ano de subscrição	54.566	148.478	123.693	132.452	-	-	459.189
Três anos após o ano de subscrição	4.111	(3.800)	6.997	-	-	-	7.308
Quatro anos após o ano de subscrição	(6.634)	681	-	-	-	-	(5.953)
Cinco anos após o ano de subscrição	3.167	-	-	-	-	-	3.167
Total	412.691	652.235	595.158	805.175	437.703	219.286	3.122.248

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Juros judicial	-	-	-	-	-	-	-

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Pagamentos	386.512	609.366	533.584	686.665	284.521	175.312	2.675.960

Posição em 31/12/2021	446.288
Passivo em relação a anos anteriores a 2016	131.925
Expectativa de salvados/ressarcimento	(7.225)
Posição ajustada PSL	570.988

Ano de aviso	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
No ano de subscrição	126.273	177.524	218.572	54.051	188.041	138.163	902.624
Um ano após o ano de subscrição	111.714	162.813	239.580	326.451	473.742	-	1.314.300
Dois anos após o ano de subscrição	142.235	53.416	135.223	111.568	-	-	442.442
Três anos após o ano de subscrição	48.808	4.342	(5.014)	-	-	-	48.136
Quatro anos após o ano de subscrição	(16.637)	(6.097)	-	-	-	-	(22.734)
Cinco anos após o ano de subscrição	5.474	-	-	-	-	-	5.474
Total	417.867	391.998	588.361	492.070	661.783	138.163	2.690.242

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Juros judicial	-	-	-	-	-	-	-

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Pagamentos	334.831	365.341	537.696	390.777	487.235	107.765	2.223.645

Posição em 31/12/2020	466.597
Passivo em relação a anos anteriores a 2015	83.500
Expectativa de salvados/ressarcimento	(9.514)
Posição ajustada PSL	540.583

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 338.669 (sendo R\$ 86.906 em aprovação pela SUSEP) e em 2020 é de R\$ 251.763, dividido em 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Na data de 01 de dezembro de 2021 a Companhia aprovou em reunião da Assembleia Geral Extraordinária a deliberação de resgate de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, detidas pela Austral Participações, no valor de R\$ 75.000, mediante utilização da reserva de capital da Companhia e sem redução do capital social da Companhia.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de incorporação da Terra Brasis Resseguros.

d) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, e juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não realizou a distribuição do resultado uma vez que apresentou prejuízo no exercício.

	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	22.235
Compensação de prejuízos acumulados	(217)
Incorporação Re Especiais	532
Lucro líquido do exercício ajustado	22.550
Destinação para reserva legal	(1.128)
Base de cálculo	21.422
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	5.355
Valor dos juros sobre capital próprio creditado(*)	15.300
Excedente de juros sobre capital próprio e dividendos distribuído	9.945
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária	6.122

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

- (*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais no montante de R\$15.300 (bruto de imposto de renda retido na fonte) e no montante de R\$13.005 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

e) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio líquido	341.974	330.955
Ajustes contábeis	(59.257)	(62.682)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	7.645	2.501
Patrimônio líquido ajustado – PLA	290.362	270.774
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição	77.650	96.902
Capital adicional de risco operacional	5.927	5.350
Capital adicional de risco de crédito	36.737	40.484
Capital adicional de risco de mercado	14.704	8.051
Benefício da diversificação	(22.842)	(20.659)
Capital de risco - CR (b)	112.176	130.128
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	112.176	130.128
Patrimônio líquido ajustado	290.362	270.774
(-) Exigência de capital - EC	112.176	130.128
Suficiência de capital - R\$	178.186	140.646
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	259%	208%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão reconciliados, como se segue:

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes dos impostos e participações sobre o lucro (*)	30.772	30.772	(54.482)	(54.482)
Alíquota nominal (**)	25,0%	20,0%	25,0%	15,0%
Impostos à alíquota nominal	(7.693)	(6.154)	13.620	8.172
<u>Adições e exclusões temporárias:</u>				
Variação cambial	10.573	10.573	3.568	3.568
Ajuste TVM	(417)	(417)	(6.063)	(6.063)
Participação nos lucros	4.761	4.131	(397)	(397)
Outras	(321)	(321)	6.477	6.477
	14.596	13.966	3.585	3.585
<u>Adições e exclusões definitivas:</u>				
Despesas indedutíveis	(10.997)	(11.981)	(307)	(937)
IRPJ e CSSL correntes	(5.753)	(4.475)	(248)	-
IRPJ e CSSL diferidos	1.071	620	17.847	8.442
Total Despesa IRPJ e CSSL	(4.682)	(3.855)	17.599	8.442
Alíquota efetiva	-15,2%	-12,5%	-32,3%	-15,5%

(*) No Resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a Participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.987 (R\$1.150 em 31 de dezembro de 2020)

(**) Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (MP 1.034/21) que majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas de seguros privados de 15% para 20%, a partir de julho de 2021. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.183/21, publicada em 15 de julho de 2021, que manteve a alíquota elevada até 31 de dezembro de 2021, retornando ao seu patamar anterior de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

		31/12/2021	31/12/2020
	Classificação	Ativo	
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	51.627	75.506
Total		51.627	75.506
		31/12/2021	31/12/2020
	Classificação	Passivo	
Austral Participações S.A.(d)	Controlada direta	11.900	-
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	30.891	32.778
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	47	1.911
Total		42.838	34.689
		31/12/2021	
	Classificação	Receitas	(Despesas)
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	55.662	(735)
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	-	(320)
Administradores (c)	Pessoal chave	-	(1.415)
Total		55.662	(2.470)
		31/12/2020	
	Classificação	Receitas	(Despesas)
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	40.624	(4.729)
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	-	(2.465)
Administradores (c)	Pessoal chave	-	(1.411)
Total		40.624	(8.605)

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;

(b) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Austral Resseguradora S.A.;

(c) Valor referente aos benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária); e

(d) Valor referente a JCP a pagar a austral Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

19. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido dos períodos aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado líquido do exercício	22.235	(28.441)
Média ponderada das ações	313.597.651	302.648.450
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,0709	(0,0940)

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía fatores diluidores.

20. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são:

<u>Grupos de atuação</u>	<u>Prêmios ganhos</u>		<u>Índice de Sinistralidade (%) (a)</u>		<u>Índice de Comercialização (%) (b)</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimonial	195.825	142.918	116,0	86,6	3,5	3,3
Riscos especiais	339	16	(80,2)	(9.909,2)	8,9	(81,6)
Responsabilidades	50.368	22.815	40,7	54,9	0,8	2,1
Automóvel	207.102	160.674	97,9	97,3	0,1	0,1
Transportes	89.861	81.152	60,6	103,3	3,4	2,7
Riscos financeiros	43.629	49.254	(21,6)	8,1	0,7	0,4
Pessoas coletivo	15.285	32.528	315,0	208,1	4,8	3,3
Habitacional	1.705	3.764	28,4	44,3	4,2	4,8
Rural	(6.133)	72.893	(119,4)	202,8	(1,4)	1,0
Outros	3.174	2.822	(66,4)	(94,3)	1,1	2,2
Pessoas individual	12.434	10.236	54,9	83,9	0,0	0,3
Marítimos	16.389	8.575	(124,5)	92,3	6,2	11,1
Aeronáuticos	54.538	36.979	60,5	78,9	9,0	8,3
Petróleo	22.393	18.718	15,0	71,4	4,8	5,0
Saúde	5.292	2.719	117,6	39,7	5,9	6,0
Aceitações do exterior	167.231	152.392	55,7	89,3	5,5	5,5
Total	879.432	798.455	76,3	98,9	3,2	2,9

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Grupos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida (%) (a)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Patrimonial	61.166	46.474	94,3	97,7
Riscos especiais	318	163	(35,7)	(746,6)
Responsabilidades	15.343	9.095	48,8	44,6
Automóvel	206.667	160.627	98,0	97,3
Transportes	26.019	20.365	87,7	83,4
Riscos financeiros	8.225	8.533	(39,3)	10,7
Pessoas coletivo	7.146	15.794	347,6	236,9
Habitacional	1.273	2.370	26,2	40,3
Rural	(1.604)	43.532	(408,7)	173,6
Outros	3.503	2.293	(67,9)	(146,7)
Pessoas individual	7.595	6.504	53,0	80,8
Marítimos	6.815	4.207	30,6	122,6
Aeronáuticos	26.471	13.768	58,4	68,9
Petróleo	7.354	5.609	1,2	134,1
Saúde	5.294	2.719	110,0	39,8
Aceitações do exterior	134.438	125.695	59,8	101,5
Total	516.023	467.748	82,2	104,6

(a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / Prêmio Ganho.

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Patrimonial	222.480	171.498	(152.278)	(126.563)	70.202	44.935	31,6	26,20	68,5	73,80
Riscos especiais	979	(226)	(102)	215	877	(11)	89,6	357,28	10,4	95,13
Responsabilidades	66.095	27.579	(49.498)	(16.605)	16.597	10.974	25,1	25,19	74,9	60,21
Automóvel	194.740	137.315	(70)	125	194.670	137.440	100,0	100,09	0,0	(0,09)
Transportes	91.228	86.020	(64.032)	(60.828)	27.196	25.192	29,8	29,29	70,2	70,71
Riscos financeiros	37.996	34.044	(36.225)	(31.614)	1.771	2.430	4,7	7,14	95,3	92,86
Pessoas coletivo	14.688	23.265	(7.994)	(12.108)	6.694	11.157	45,6	47,96	54,4	52,04
Habitacional	1.686	2.527	(418)	(805)	1.268	1.722	75,2	68,14	24,8	31,86
Rural	(15.469)	58.127	10.285	(24.431)	(5.184)	33.696	33,5	57,97	66,5	42,03
Outros	2.724	1.397	340	(444)	3.064	953	112,5	68,22	(12,5)	31,78

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Pessoas individual	12.703	9.377	(4.972)	(3.560)	7.731	5.817	60,9	62,03	39,1	37,97
Marítimo	16.327	11.675	(10.580)	(5.615)	5.747	6.060	35,2	51,91	64,8	48,09
Aeronáuticos	63.085	44.987	(30.647)	(26.556)	32.438	18.431	51,4	40,97	48,6	59,03
Petróleo	29.541	22.202	(18.763)	(14.216)	10.778	7.986	36,5	35,97	63,5	64,03
Saúde	4.305	4.587	-	-	4.305	4.587	100,0	100,00	-	-
Aceitação do exterior	205.606	152.390	(37.961)	(29.038)	167.645	123.352	81,5	80,94	18,5	19,06
Total	948.714	786.764	(402.915)	(352.043)	545.799	434.721	57,5	55,25	42,5	44,75

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	31/12/2021	31/12/2020
Resseguradora local	4.248	5.690
Resseguradora admitida	276.522	246.619
Resseguradora eventual	122.145	99.734
Total	402.915	352.043

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

Seguradora	938.738	722.747
Resseguradora local	(21.168)	23.637
Resseguradora admitida	2.767	9.798
Resseguradora eventual	28.377	30.582
Total	948.714	786.764

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 4.630.797 opções em aberto representam uma diluição de até 1,64% sobre um total de 281.519.205 ações da Companhia.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 2.072 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

22 . Detalhamento de contas de resultado

a) <u>Prêmios de resseguro</u>	31/12/2021	31/12/2020
Prêmio de resseguros	939.527	730.586
Prêmio risco vigente não emitido	(1.467)	(7.586)
Retrocessões aceitas	10.654	63.764
Variações das provisões técnicas	(69.282)	11.691
Total	879.432	798.455
b) <u>Sinistros ocorridos</u>	31/12/2021	31/12/2020
Indenizações avisadas	(627.400)	(727.755)
Despesa com sinistro	(1.118)	(192)
Salvados e Ressarcimentos	7.404	(1.832)
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(50.115)	(59.807)
Redução ao valor recuperável ressarcimento	1.500	(32.118)
Total	(669.729)	(821.704)
c) <u>Custos de aquisição</u>	31/12/2021	31/12/2020
Comissões	(32.551)	(26.144)
Variações de despesas de comercialização diferidas	4.208	2.803
Total	(28.343)	(23.341)
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas de resseguro	462	761
Tarifa bancária	(123)	-
Despesas de administração de contratos	(2.912)	(3.969)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(7.537)	4.836
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(3)	(231)
Outras despesas de resseguro	(4.312)	(3.890)
Redução ao valor recuperável prêmios	406	(2.798)
Redução ao valor recuperável corretagem	(36)	-
Total	(14.055)	(5.291)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

e) <u>Resultado com retrocessão</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Sinistros ocorridos e não avisados	29.271	44.345
Despesa com sinistro	229	44
Recuperação de indenização	222.358	253.324
Redução ao valor recuperável recuperação de indenização	257	(3.334)
Salvados e ressarcimentos	(4.892)	2.825
Redução ao valor recuperável ressarcimento cedido	(1.492)	31.779
Redução ao valor recuperável prêmio cedido	(468)	-
Outros créditos	1.213	112
Prêmio de retrocessão cedido	(402.915)	(352.043)
Receita com participação nos lucros	5.511	(8.322)
Variações de prêmio retrocessão cedido	39.506	21.335
Outras despesas	(317)	-
Total	(111.739)	(9.935)
f) <u>Despesas administrativas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal próprio e encargos sociais	(20.250)	(16.774)
Localização e funcionamento	(1.903)	(4.403)
Serviços de terceiros	(15.810)	(10.799)
Depreciação e amortização	(2.001)	(387)
Publicidade e propaganda	(373)	24
Donativos e contribuições	(206)	(99)
Outros	(1.139)	(924)
Total	(41.682)	(33.362)
g) <u>Despesa com tributo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas com COFINS	(8.914)	(9.850)
Despesas com PIS	(1.778)	(1.954)
Taxa de fiscalização	(2.203)	(1.298)
Outras	(1.737)	(1.122)
Total	(14.632)	(14.224)
h) <u>Resultado financeiro</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	20.218	27.460
Títulos disponíveis para venda	64.704	75.070
Operações com derivativos	7.580	-
Operações de resseguros	118.984	185.464
Valorização cambial do disponível	5.060	11.667
Outras receitas	824	445
Total Receitas	217.370	300.106

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Despesas

Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(14.483)	(24.366)
Títulos disponíveis para venda	(28.534)	(28.818)
Provisão Desvalorização Títulos Renda Fixa (Debênture)	(19)	(385)
Operações com derivativos	(8.496)	-
Operações de resseguros	(122.647)	(182.501)
Desvalorização cambial do disponível	(5.138)	(6.949)
Outras despesas	(546)	(930)
Total Despesas	(179.863)	(243.949)
Total	37.507	56.157

23. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Rodolfo Riechert

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez
Arthur Farne d'Amoed Neto

Controller

Mauro Reis D Almeida

Contadora:

Ana Schaefer
CRC RJ -113827/O-0

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904